



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CAMPUS I  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS – CCSA  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**LETÍCIA MACEDO DANTAS**

**DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE  
SOBRE A POLÍTICA MONETÁRIA (2013-2023)**

**CAMPINA GRANDE  
2024**

LETÍCIA MACEDO DANTAS

**DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE  
SOBRE A POLÍTICA MONETÁRIA (2013-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo),  
apresentado à Coordenação e ao  
Departamento do Curso de Administração  
da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharela em Administração.

**Orientador:** Prof. Dr. Geraldo Medeiros Junior

**CAMPINA GRANDE  
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

D192d Dantas, Leticia Macedo.  
Desafios e transformações na economia brasileira: uma análise sobre a política monetária (2013-2023) [manuscrito] / Leticia Macedo Dantas. - 2024.  
20 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Geraldo Medeiros Junior, Coordenação do Curso de Administração - CCSA."

1. Política monetária . 2. Economia Brasileira. 3. Taxa Selic. I. Título

21. ed. CDD 332.46

LETÍCIA MACEDO DANTAS

DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE  
SOBRE A POLÍTICA MONETÁRIA (2013-2023)

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo),  
apresentado à Coordenação e ao  
Departamento do Curso de Administração  
da Universidade Estadual da Paraíba,  
como requisito parcial à obtenção do título  
de Bacharela em Administração.

Aprovado em: 19/06/2024

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Geraldo Medeiros Junior (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba



---

Profa. Me. Larissa Daiana de Macêdo  
Universidade Estadual da Paraíba



---

Profa. Me. Ana Jussara da Silva Nascimento  
Universidade Estadual da Paraíba

A minha família, pela dedicação,  
companheirismo e amizade, DEDICO.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Taxa Selic entre 2013 e 2016 no Governo Dilma	12
Gráfico 2 – Relação entre a Taxa Selic, o IPCA e a variação do PIB entre 2013 e 2016 nos governos de Dilma	12
Gráfico 3 – Taxa Selic entre 2016 e 2018 no Governo Temer	13
Gráfico 4 – Relação entre a Taxa Selic, o IPCA e a variação do PIB entre 2016 e 2018 no governo Temer	14
Gráfico 5 – Taxa Selic entre 2018 e 2022 no Governo Bolsonaro	15
Gráfico 6 – Relação entre a Taxa Selic, o IPCA e a variação do PIB entre 2019 e 2022 no governo Bolsonaro	15
Gráfico 7 – Taxa Selic no ano de 2023 no Governo Lula	16
Gráfico 8 – Comparação de indicadores entre o último ano do governo Bolsonaro (2022) e o primeiro ano do governo Lula (2023)	17

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN	Banco Central
COPOM	Comitê de Política Monetária
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TBAN	Taxa de Assistência do Banco Central
TBC	Taxa do Banco Central
TBF	Taxa Financeira Básica
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
TR	Taxa Referencial de Juros

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>9</b>
<b>2.1</b>	<b>Taxa de Juros .....</b>	<b>9</b>
<b>2.2</b>	<b>Taxa Selic .....</b>	<b>9</b>
<b>2.3</b>	<b>Relacionamento do Banco Central com o Governo.....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>A ECONOMIA NO BRASIL ENTRE 2013 E 2023.....</b>	<b>10</b>
<b>3.1</b>	<b>Governo Dilma: 2013 a 2016 .....</b>	<b>11</b>
<b>3.2</b>	<b>Governo Temer: 2016 a 2018.....</b>	<b>13</b>
<b>3.3</b>	<b>Governo Bolsonaro: 2019 a 2022.....</b>	<b>15</b>
<b>3.4</b>	<b>Governo Lula: 2023.....</b>	<b>17</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>19</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>19</b>

## DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA BRASILEIRA: UMA ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA MONETÁRIA (2013-2023)

### CHALLENGES AND TRANSFORMATIONS IN THE BRAZILIAN ECONOMY: AN ANALYSIS OF MONETARY POLICY (2013-2023)

Leticia Macedo Dantas<sup>1\*</sup>  
Geraldo Medeiros Júnior<sup>2\*\*</sup>

#### RESUMO

As políticas monetárias e fiscais são fortes influenciadoras do desempenho econômico de um país. Assim sendo, este estudo teve por objetivo analisar a evolução da política monetária e do crescimento econômico brasileiro na última década – período entre 2013 e 2023. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental que aborda a taxa de juros, em especial a taxa Selic, e o seu papel fundamental na regulação econômica do país, além de explorar o relacionamento entre o Banco Central e o governo. A análise considerando os períodos de governo permite inferir que durante o governo de Dilma Rousseff, houve tentativas de reduzir a Selic para estimular a economia, mas crises internas e externas levaram a aumentos significativos para conter a inflação, resultando em recessão e desemprego elevado, influenciando no *impeachment* em 2016. Michel Temer adotou uma agenda ortodoxa-liberal, reduzindo a Selic e trazendo estabilidade inflacionária e recuperação econômica, embora o desemprego permaneça alto. Sua política de ajuste fiscal, incluindo a PEC do Teto de Gastos, gerou debates sobre suas implicações futuras. Jair Bolsonaro enfrentou a crise da pandemia de COVID-19, com o declínio da Selic em 2020 para mitigar os impactos econômicos. Políticas de transferência de renda, como o auxílio emergencial, sustentaram o consumo, mas a alta dos preços das *commodities* e a instabilidade política resultaram em inflação elevada. Em 2023, Lula iniciou seu terceiro mandato com uma agenda de reformas econômicas abrangentes. A reforma tributária, aumento do salário mínimo e ampliação do Bolsa Família foram implementadas. O crescimento do PIB e a desaceleração da inflação foram sinais positivos, embora o desemprego permanecesse um desafio. A análise conclui que a gestão eficaz da taxa Selic, combinada com políticas fiscais responsáveis e reformas estruturais, são cruciais para a estabilidade e crescimento econômico do Brasil. Este estudo oferece *insights* para futuras estratégias de desenvolvimento econômico sustentável.

**Palavras-chave:** Política Monetária; Economia Brasileira; Taxa Selic.

---

<sup>1\*</sup> Graduanda em Administração. leticia.mdots@gmail.com

<sup>2\*\*</sup> Orientador. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Mestre em Economia Rural (1999).

## ABSTRACT

Monetary and fiscal policies are strong influencers of a country's economic performance. Therefore, this study aimed to analyze the evolution of monetary policy and Brazilian economic growth in the last decade – the period between 2013 and 2023. Bibliographic and documentary research addresses the interest rate, especially the Selic rate, and its fundamental role in the country's economic regulation, in addition to exploring the relationship between the Central Bank and the government. The analysis considering the periods of government allows us to infer that during Dilma Rousseff's government, there were attempts to reduce the Selic rate to stimulate the economy, but internal and external crises led to significant increases to contain inflation, resulting in recession and high unemployment, influencing impeachment in 2016. Michel Temer adopted an orthodox-liberal agenda, reducing the Selic and bringing inflationary stability and economic recovery, although unemployment remained high. His fiscal adjustment policy, including the Spending Ceiling PEC, generated debates about its future implications. Jair Bolsonaro faced the crisis of the COVID-19 pandemic, with a decline in the Selic rate in 2020 to mitigate the economic impacts. Income transfer policies, such as emergency aid, supported consumption, but rising commodity prices and political instability resulted in high inflation. In 2023, Lula began his third term with an agenda of comprehensive economic reforms. The tax reform, increase in the minimum wage and expansion of Bolsa Família were implemented. GDP growth and slowing inflation were positive signs, although unemployment remained a challenge. The analysis concludes that effective management of the Selic rate, combined with responsible fiscal policies and structural reforms, are crucial to Brazil's economic stability and growth. This study offers insights for future sustainable economic development strategies.

**Keywords:** Monetary Policy; Brazilian Economy; Selic Rate.

## 1 INTRODUÇÃO

O desempenho econômico de um país é fortemente influenciado por suas políticas monetárias e fiscais, sendo a taxa de juros um dos instrumentos mais importantes utilizados para regular a economia. A taxa de juros, frequentemente referida como o custo do dinheiro, afeta diretamente diversas áreas da economia, incluindo poupança, investimentos, consumo e inflação. No Brasil, a taxa Selic é a principal referência para a política monetária, desempenhando um papel crucial na definição das condições econômicas do país.

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução da economia brasileira entre 2013 e 2023, destacando a influência das políticas monetárias e fiscais ao longo dos diferentes governos. Durante este período, o Brasil passou por significativas transformações políticas e econômicas, enfrentando crises internas e externas, alterações nas taxas de juros e desafios como a pandemia de COVID-19. Cada governo adotou diferentes abordagens para lidar com os problemas econômicos, resultando em variações no desempenho de indicadores-chave como Produto Interno Bruto (PIB), inflação e desemprego.

O estudo aborda os conceitos de taxa de juros, especialmente a taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), e o relacionamento do Banco Central com

o governo. Também é analisada a economia brasileira durante os mandatos dos presidentes Dilma Rousseff, Michel Temer, Jair Bolsonaro e o início do terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Cada subseção discute as políticas econômicas adotadas, suas consequências e os principais indicadores econômicos de cada período.

Ao compreender as complexas interações entre políticas monetárias, inflação e crescimento econômico, este estudo busca fornecer uma visão abrangente sobre a evolução econômica do Brasil na última década, contribuindo para uma melhor compreensão dos desafios e oportunidades futuras.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 TAXA DE JUROS

A taxa de juros pode ser conceituada como uma representação do preço pago pela mercadoria 'dinheiro', como em empréstimos e concessão de créditos (Assaf, 2018). O economista Irving Fisher, em sua obra "*The Theory of Interest*" (1930) descreve a taxa de juros como a relação entre a quantidade de dinheiro emprestado/investido e a devolvida/ganha, por determinado período de tempo; com base nisto, pode se dizer que ela é o preço equilibrado entre oferta e demanda do que foi aplicado.

Influenciada principalmente pela inflação futura esperada, o risco de empréstimo, a liquidez do mercado e o risco conjuntural, a variação da taxa de juros figura entre os determinantes no comportamento de agentes econômicos e suas decisões quanto a poupanças, investimentos, consumo, oferta de trabalho, financiamentos e inflação tanto a curto quanto a longo prazo. Em linhas gerais, aumentos na taxa estimulam investimento em títulos de renda fixa, que prometem maiores retornos; enquanto que, quedas invertem a dinâmica, favorecendo o mercado de ações (Assaf, 2018).

O Banco Central brasileiro (BACEN) utiliza a taxa de juros como instrumento regulatório da inflação, sendo indicador de estímulo ou retração da economia. Segundo Assaf Neto (2018), as principais taxas de juros do mercado financeiro são: a) Taxa Referencial de Juros (TR), apurada e anunciada mensalmente pelo governo; b) Taxa Financeira Básica (TBF), cujo objetivo é estender a duração das aplicações financeiras; c) Taxa do Banco Central (TBC), que tem com a finalidade estabelecer a referência para o nível mínimo das taxas de juros nas operações de mercado aberto; d) Taxa de Assistência do Banco Central (TBAN), com o fim de determinar o limite máximo dos juros, determinada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM); e) Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que visa estimular os investimentos na infraestrutura e consumo.

### 2.2 TAXA SELIC

A taxa Selic, fundamental na economia brasileira, é determinada pela média das operações compromissadas ocorridas diariamente no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) com prazo de um dia útil. Instituída em 1979, pelo BACEN e implementada em 1999, em substituição à Taxa Referencial (TR); a Selic se tornou a referência primária para os juros no país. Como o valor-chave do dinheiro, sua influência se estende por diversos aspectos do mercado, afetando

empréstimos, inflação, oferta de crédito, dívida pública e outros indicadores econômicos, como apontado pelo próprio Banco Central do Brasil.

Ao BACEN, por meio do COPOM, cabe regularmente estabelecer e divulgar a taxa. Isto ocorre oito vezes ao ano para a geral e em frequência diária para as médias das operações de compra e venda de títulos públicos; além disso, expõe-se também periodicamente, como medida de controle, a Meta Selic – projeção que serve como guia para o panorama econômico futuro.

A partir da definição da taxa Selic, os bancos estabelecem um teto para os juros cobrados em empréstimos, durante determinados prazos. Com a adição de uma margem de lucro, o *spread*, esse custo é repassado para pessoas físicas e empresas. Portanto, é possível afirmar que o governo utiliza esta taxa como ferramenta monetária de regulação da economia; intervindo, por exemplo, no controle da inflação e na promoção de estímulos econômicos.

Genericamente, quando a taxa Selic aumenta, investimentos tendem a gerar retornos mais elevados; ao passo que, empréstimos e financiamentos implicam em maiores encargos de juros. Isto se dá porque, em suma, uma taxa mais alta resulta em ágios elevados para operações de crédito, com maior rentabilidade dos investimentos a ela atrelados

## 2.3 RELACIONAMENTO DO BANCO CENTRAL COM O GOVERNO

O debate quanto a independência do BACEN em relação ao governo – que implica separação de interesses políticos e econômicos – não é recente, nem tampouco simplório, existindo debates que conseguem ser atuais e terem 10 anos desde sua publicação, como é o caso da publicação de Ney Carvalho, em 2014. No ato de sua criação, em dezembro de 1964, o banco foi considerado como entidade independente; cenário que se modificou durante o regime autoritário, quando o presidente Costa e Silva – em 1967 – o subordinou ao Poder Executivo. Isto resulta na concentração, pelas mãos do Estado, do controle sobre a emissão de moeda; com impacto significativo na inflação; que levou o período de 1970 a 1980 a ser popularmente conhecido como “décadas perdidas”.

A independência foi restituída durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e mantida pelo seu sucessor, Luiz Inácio Lula da Silva; estes atos permitiram uma atuação mais eficaz da instituição. Novamente, há alteração no percurso durante o mandato de Dilma Rousseff; a revogação da autonomia coincidiu com o aumento na taxa da inflação.

Fato é que discutir a independência total do BACEN é um debate atual, não unânime, havendo, portanto, vantagens e desvantagens a serem apresentadas; o que exige análise criteriosa. O grau de independência do Banco Central é apenas uma das várias influências importantes para o crescimento econômico. Atualmente, a instituição é regida pela Lei Complementar no. 179/2021, que define os objetivos da entidade, aborda sua autonomia e estabelece critérios de nomeação e exoneração de Presidente e Diretores. Logo, tem-se uma autonomia instrumental e substancial autonomia política.

## 3 A ECONOMIA NO BRASIL ENTRE 2013 E 2023

A última década – especificamente o período entre 2013 e 2023 – foi marcada por encadeamento de eventos que moldaram a trajetória da economia brasileira, em reflexo do cenário global. De modo claro, desenhou-se uma interrelação entre

contexto econômico e político; na qual se destacam as instabilidades políticas que culminaram no *impeachment* de Dilma Rousseff (2016) e subsequentemente no governo de Michel Temer e a forte polarização social, causa importante da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, e de Lula, em 2022.

Além do cenário político, a crise sanitária e humanitária global – desencadeada pela pandemia do Covid-19 – influenciou a economia brasileira no decênio citado; exacerbando os desafios. A recuperação segue em curso, destacando a complexidade dos problemas enfrentados pelo Brasil, em um contexto internacional também marcado pela instabilidade.

### 3.1 GOVERNO DILMA: 2013 A 2016

Dilma Rousseff esteve à frente do Poder Executivo por duas vezes. Eleita primeiramente em 2011, sucedendo seu filiado de partido – Lula; e reeleita em 2014. Este último mandato, contudo, não foi concluído, dado o processo de *impeachment* sofrido em 2016, que teve como um dos principais motivos a situação econômica do país durante o período.

Durante os 17 anos de governo petista, a economia brasileira experimentou crescimento e resultados positivos com *superávits* no PIB; no entanto, a dependência econômica do Brasil em relação a outros países gerou, no cenário de crises internacionais, vulnerabilidade a uma crise doméstica. Ainda que medidas anticíclicas para prevenção e mitigação dos impactos da crise tenham sido implementadas não foram capazes de evitar as consequências, manifestas na alteração de indicadores importantes, tais como aumento da taxa básica de juros – Selic – e na inflação, redução no consumo das famílias e diminuição do PIB.

Dentre as medidas adotadas, no primeiro mandato, esteve a tentativa de reduzir a Selic; o que, segundo Serrano e Suma (2015), objetivava o estímulo ao fluxo da economia. Os autores, entretanto, a apontam como equivocada, resultando, especialmente a longo prazo, em efeito oposto ao esperado. Conforme demonstra o Gráfico 1, no início da segunda metade deste mandato – março de 2013 – tinha-se um aumento da taxa Selic acompanhado de abordagem mais restritiva para controle da inflação; postura que conduziu ao aumento no custo do crédito para empréstimos e financiamentos.

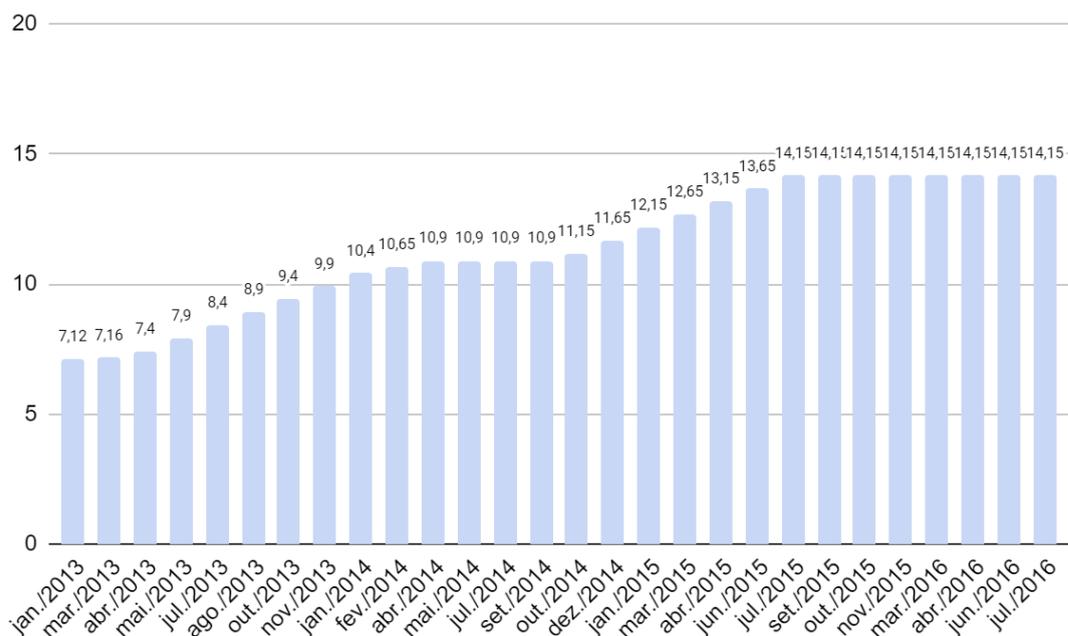
Ainda que não tenha encerrado programas sociais, a este tempo, o governo federal implementou cortes nos investimentos públicos, como a redução do crédito para o Programa Minha Casa Minha Vida e desonerações fiscais que resultaram na diminuição das receitas governamentais. Ao fim do primeiro mandato, em 2014, Guido Mantega, Ministro da Fazenda, ao apresentar o balanço da economia brasileira propôs ajuste gradual em contraposição a um arranjo de choque.

A mudança era justificada porque a postura incisiva deste, marcado pela redução de gastos públicos, poderia resultar no declínio do crescimento econômico, aumento da taxa de desemprego, diminuição do salário real, desmonte da política de valorização do salário mínimo, redução do investimento público, agravamento da financeirização e da desindustrialização no país.

Ao início do segundo mandato, em janeiro de 2015, já com Joaquim Levy sob comando do Ministério da Fazenda, é implementado de fato o ajuste fiscal, período em que a economia entrou em espiral. Indicadores de saúde econômica chegam aos seus piores resultados durante a crise: a Inflação Acumulada (IPCA), atinge 10,67%, maior em doze anos; o PIB tem queda histórica na variação, chegando a -3,55%; há crescimento na taxa de desemprego (Gráfico 2); e manutenção de alta da Selic –

que chega a 14,25% em julho, cenário que se mantém até o fim do mandato. Este ciclo econômico chegou a ser conhecido como um dos piores de toda história da República, conforme o gráfico a seguir:

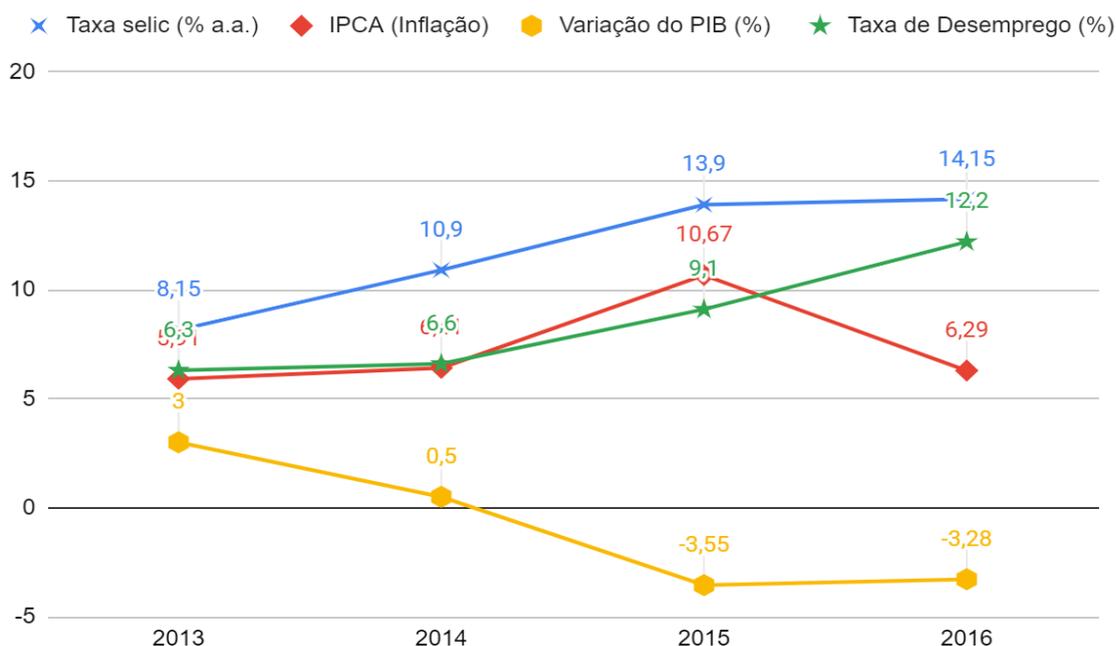
**Gráfico 1 – Taxa Selic entre 2013 e 2016 no Governo Dilma**



**Fonte:** Autoria própria, com base nos dados do BACEN (2024).

A taxa selic no governo de Dilma aumentou de maneira constante durante o período analisado, estabilizou-se apenas nos últimos meses, mas em resultados não satisfatórios, sendo o maior valor da década analisada neste trabalho.

**Gráfico 2 – Relação entre a Taxa Selic, o IPCA e a variação do PIB entre 2013 e 2016 nos governos de Dilma.**



**Fonte:** Autoria própria, com base nos dados do IPEADATA e BACEN (2024).

No gráfico acima conseguimos enxergar de maneira clara como a crise durante o governo se desencadeou, chegando em seus piores resultados econômicos em 2015, onde a variação do crescimento do PIB chega a -3,55%, a inflação passa de 10%, e a taxa de desemprego aumenta em 3 pontos em um ano.

### 3.2 GOVERNO TEMER: 2016 A 2018

Com o *impeachment* sofrido por Dilma Rousseff em 31 de agosto de 2016, Michel Temer assume o governo federal tendo como missão central revitalizar a economia. Para isto, optou pela implementação de uma agenda ortodoxa-liberal, centrada em reformas como as trabalhistas e previdenciárias, associadas a uma postura monetária mais conservadora, uma política fiscal contracionista e maior flexibilidade cambial.

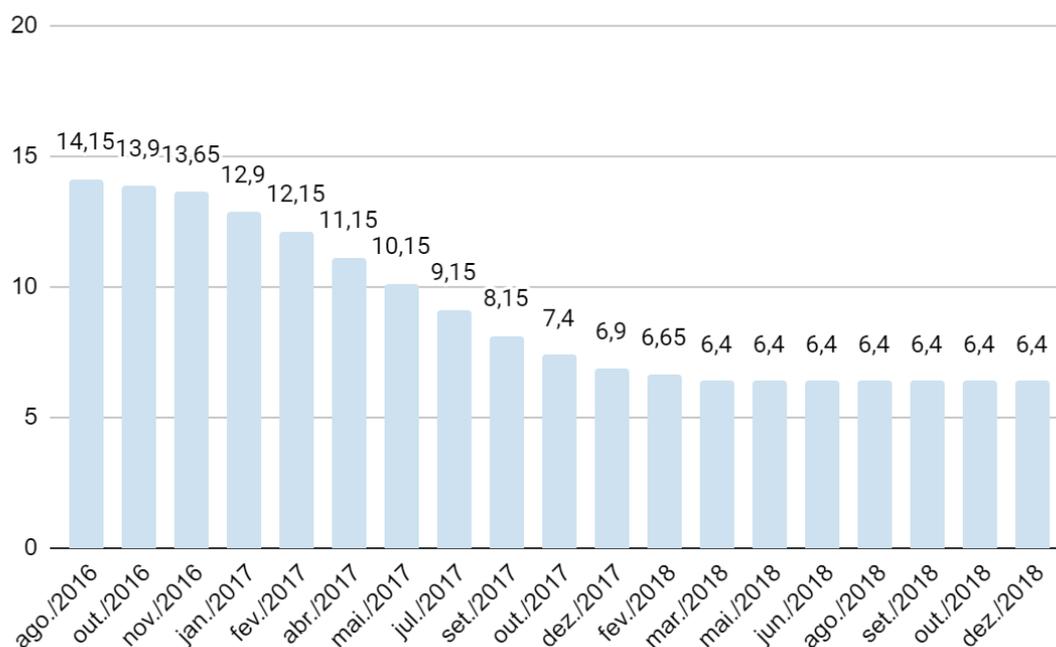
Durante os dois anos de seu mandato, Temer registra resultados positivos, principalmente se comparados aos dados do pico da crise de 2015. Dentre os indicadores impactados destacam-se a queda na Selic – que reduz dos 14,25% de junho de 2016 a 6,5% em março de 2018 -; e da IPCA fixada em 2,76% (Gráficos 3 e 4). Embora significativos, estes números não refletem diretamente no aumento do consumo, além disso, a taxa de desemprego permanece alta durante o governo; o que contribui para forte rejeição popular.

Ainda em 2016, Michel Temer implementou uma de suas medidas mais conhecidas e importantes – a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos ou, simplesmente, PEC 55. Em movimento de ajuste fiscal, a regulamentação estabelece um limite para as despesas do governo brasileiro, ao longo dos 20 anos subsequentes. Embora seja um mecanismo de contenção de gastos, a emenda acarreta em redução nos investimentos governamentais, afetando áreas essenciais como educação e saúde.

Como anteriormente citado, os resultados positivos em indicadores não se refletiram no dia-a-dia do brasileiro, o país enfrentou desafios como aumento no

desemprego e preço da gasolina, desencadeando na Greve dos Caminhoneiros, em 2018. Ainda que com grande rejeição popular, o apoio da elite e do congresso às reformas propostas garantiram a permanência de Temer até o fim do mandato, em 2018.

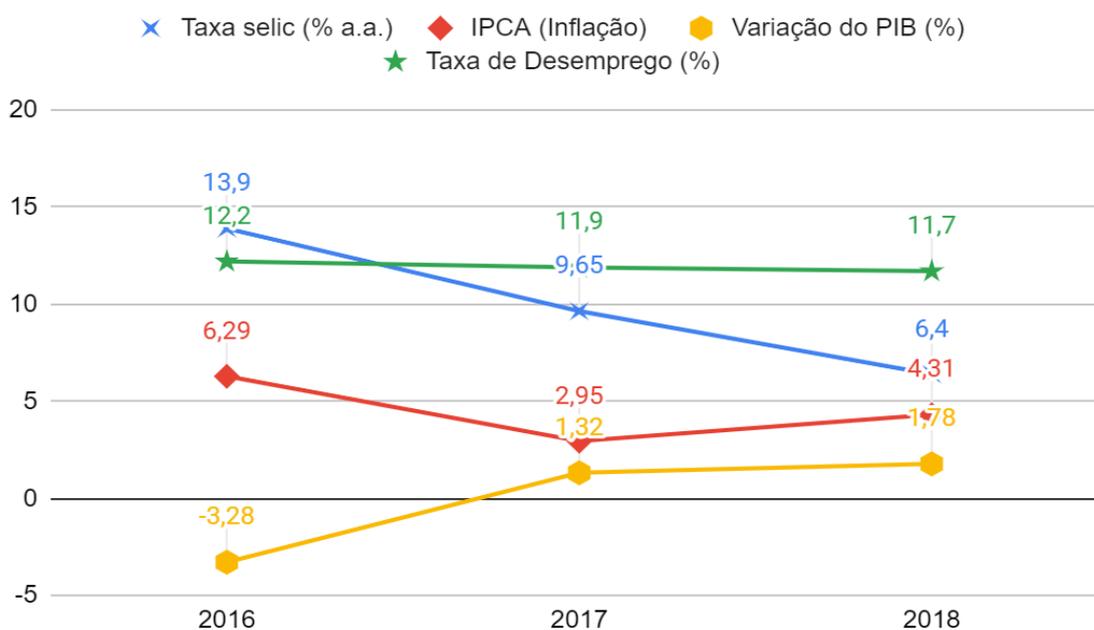
**Gráfico 3 – Taxa Selic entre 2016 e 2018 no Governo Temer**



**Fonte:** Autoria própria, com base nos dados BACEN (2024).

O governo Temer conseguiu diminuir e regular a taxa selic durante o seu vigor, chegando a cair em 1,0 ponto por reunião, e vindo a se estabelecer em um valor favorável nos meses finais de 2018, seu último ano.

**Gráfico 4 – Relação entre a Taxa Selic, o IPCA e a variação do PIB entre 2016 e 2018 no governo Temer**



Fonte: Autoria própria, com base nos dados do IPEADATA e BACEN (2024).

Conseguimos ver ainda no ano de 2016 que os resultados dos indicadores ainda sofrem pela crise, e só conseguimos enxergar efetivamente os resultados das medidas tomadas a partir de 2017, com o aumento do PIB, a queda da Selic, e a queda significativa da inflação, que resultou na famosa expressão do ex-presidente Temer que o “leão da inflação virou um gatinho”, mas ela volta a subir no ano subsequente. É importante indicar também que por mais que tenham melhoras nos outros indicadores, a taxa de desemprego continua alta durante todo seu governo.

### 3.3 GOVERNO BOLSONARO: 2019 A 2022

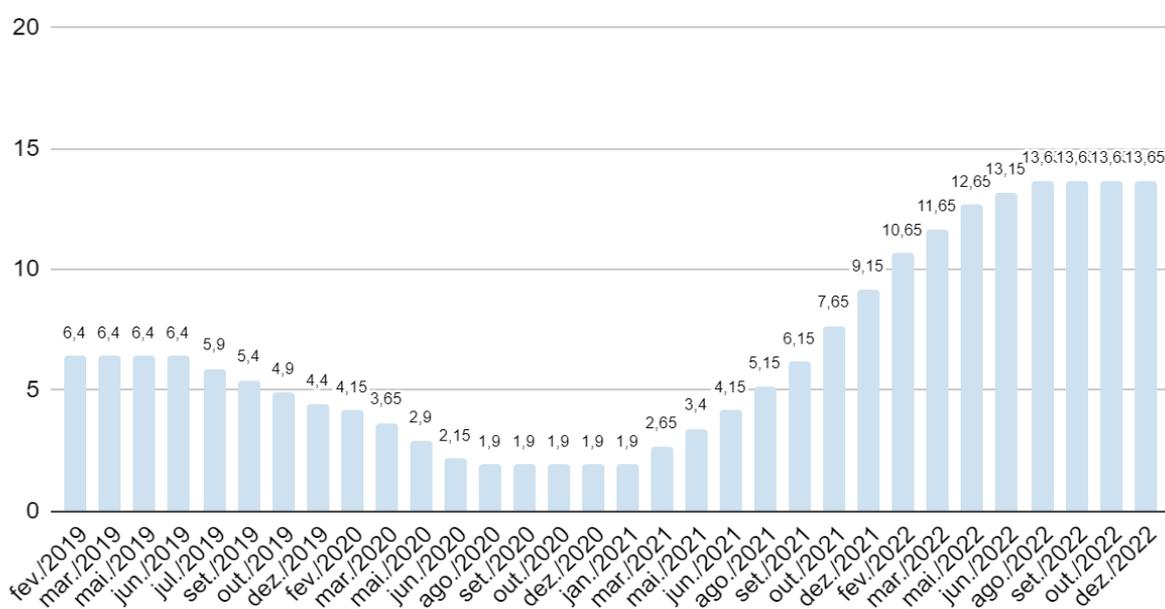
Iniciado em 2019, marcado por uma assumida perspectiva neoliberal, o governo Bolsonaro definiu como prioridade de sua agenda a redução estatal, sob comando de Paulo Guedes no Ministério da Economia. Em suma, a análise econômica do governo Bolsonaro demonstra a existência de três fases distintas. A primeira delas, durante o primeiro ano de gestão, registrou crescimento lento e modesto, a passo de ser considerado estagnado; embora indicadores-chave – como inflação e taxa de juros – tenham mantido estabilidade, seguindo a trajetória do governo Temer.

Instaurada com a crise gerada pela pandemia do Covid-19 em 2020, a segunda fase, é marcada pela recessão e aumento de 11,1% em 2019 para 14,2% em 2020, na taxa de desemprego. Há, portanto, clara queda nas atividades econômicas do país e no consumo das famílias, o que afeta o PIB (Gráficos 5 e 6). Como medida para enfrentar a recessão, a partir de março, o governo implementou, através de políticas de transferências de renda, aumentos nos gastos públicos; a mais conhecida delas o Auxílio Emergencial no valor de 600 reais cujo objetivo era amortecer os impactos negativos do *lockdown* e de toda incerteza trazida com o Coronavírus.

Ainda que em 2021 a economia tenha apresentado sinais de melhoras, os níveis de inflação aumentaram graças à desorganização das cadeias produtivas globais. A terceira e última fase do governo se dá no último ano de mandato. São marcas ambíguas desta: estratégias eleitorais com foco na reeleição – das quais destacam-se a redução de tributos e aumento dos gastos públicos com políticas de transferência de renda; aumento no preço das *commodities*, especialmente do petróleo, refletindo nos combustíveis.

Estas instabilidades financeiras afetaram principalmente a taxa de câmbio e a inflação, agravadas pela alteração no preço dos combustíveis. Ademais, foram observadas altas taxas de inflação e Selic, com aumento significativo na informalidade dentro do mercado de trabalho. Como medida de contenção, o COPOM iniciou um processo de redução gradual da taxa Selic, que começou timidamente antes do surgimento da pandemia. Quando a crise sanitária eclodiu, a redução ganhou velocidade, levando a taxa para um novo piso histórico de 2% ao ano em agosto de 2020. Embora a pandemia tenha demandado medidas de expansão da liquidez e da sua redução através da diminuição da taxa básica, a economia brasileira operava, no final de 2020, com taxas de juros reais negativas.

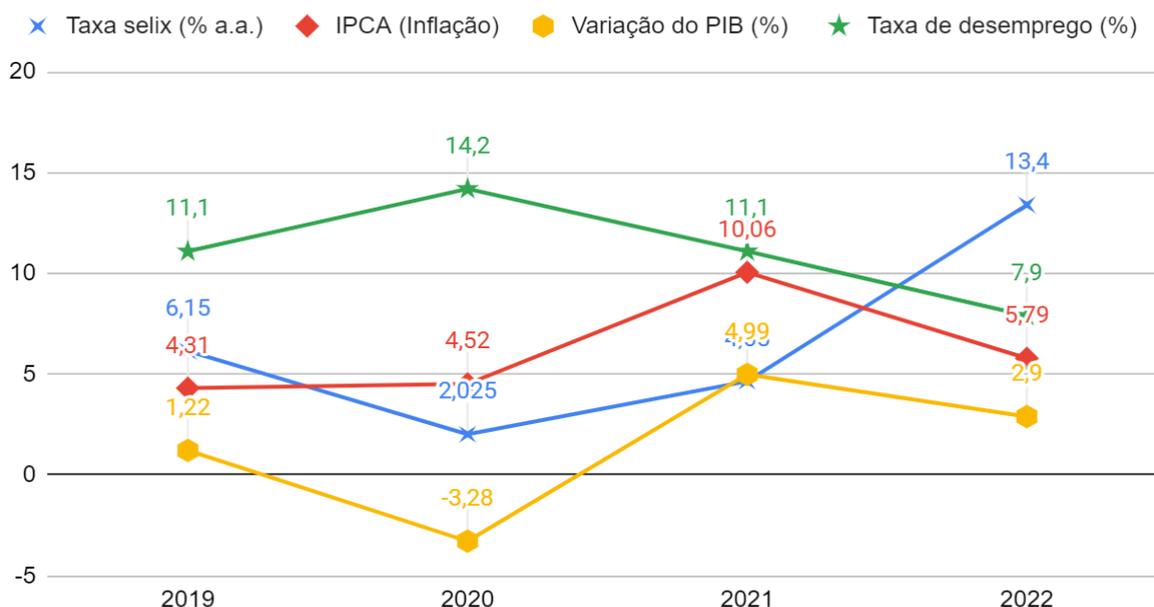
**Gráfico 5 – Taxa Selic entre 2018 e 2022 no Governo Bolsonaro**



**Fonte:** Autoria própria, com base nos dados do BACEN (2024).

Quando Jair Bolsonaro assume o poder em 2019, ele segue os caminhos deixados por Temer, e dessa maneira o ritmo da taxa selic também. Com a crise da pandemia do Coronavírus, em 2020 a taxa cai como uma forma de controlar a incerteza, na tentativa de liberar maior poder de compra. A partir do momento que a economia volta a girar, e as coisas voltam ao normal, a taxa sobe novamente como forma de regular os outros indicadores.

**Gráfico 6 – Relação entre a Taxa Selic, o IPCA e a variação do PIB entre 2019 e 2022 no governo Bolsonaro**



Fonte: Autoria própria, com base nos dados do IPEADATA e BACEN (2024).

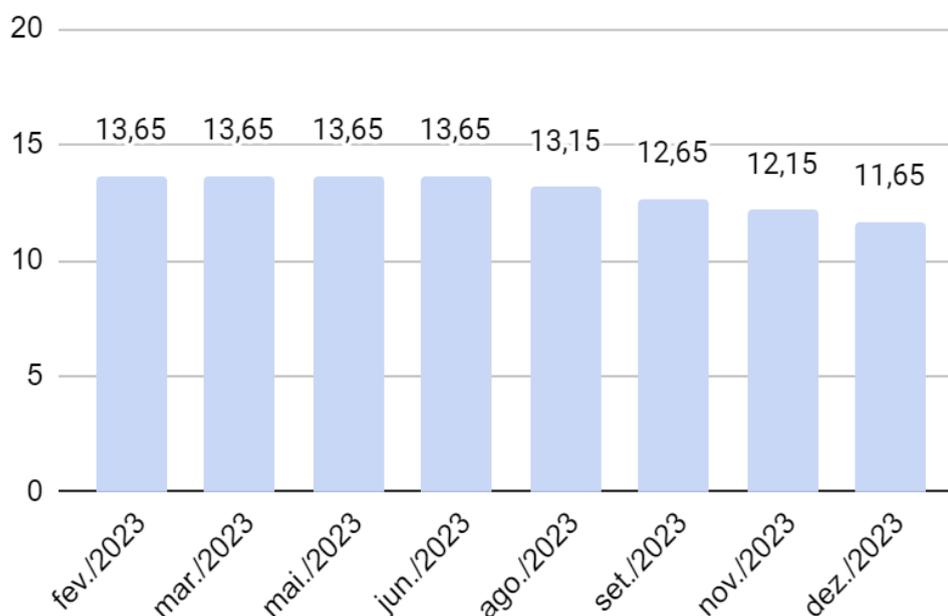
Em 2020, graças à pandemia e as suas consequências, os resultados foram quase tão desastrosos quanto o do pico da crise econômica em 2015, com um pulo de 3 pontos na porcentagem da taxa de desemprego. No ano seguinte, houve uma melhora significativa, mas há uma anormalidade na inflação, e em 2022 tende ao normal.

### 3.4 GOVERNO LULA

O terceiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023 após uma eleição acalorada, trouxe consigo uma agenda de reformas econômicas abrangentes e desafiadoras. Dentre os compromissos para os próximos anos estão a reformulação das leis trabalhistas e tributárias; e a revogação do teto de gastos. Assim sendo, o primeiro ano foi marcado pela movimentação ativa na economia, com uma frente diferente da dos antecessores mais recentes.

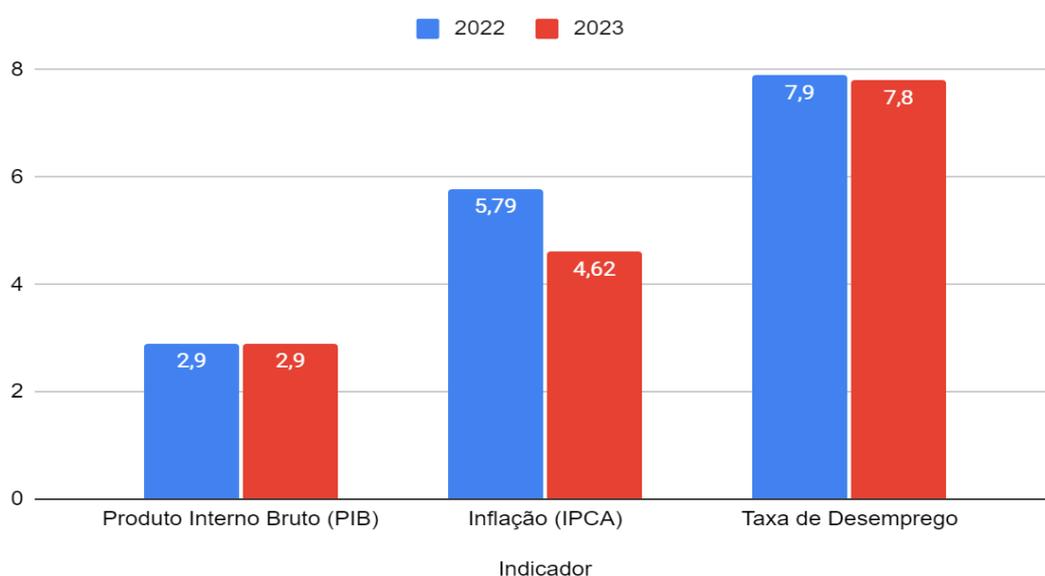
São claros objetivos para este novo ciclo Lula o fim do déficit das contas públicas e o alcance do equilíbrio fiscal, tornando, portanto, imprescindível o debate sobre a necessidade de rever e reduzir despesas. Considerando os objetivos traçados pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os principais resultados alcançados em 2023 foram: aprovação da reforma tributária; aumento do salário mínimo e fixo do Bolsa Família; criação de medidas de aumento de arrecadação; crescimento do PIB em 2,9%; desaceleração na inflação (IPCA), com 4,62%; queda discreta da taxa de desemprego.

Faz-se necessário expor que um dos motivos que impulsionaram estes resultados foi a excelente colheita de soja e milho, aliada ao crescimento do setor agrícola em 15,1% ao longo do ano. Além disso, os benefícios econômicos dessa expansão se refletiram em outras áreas, como na indústria extrativa, no setor de transporte e até na redução dos preços dos alimentos.

**Gráfico 7 – Taxa Selic no ano de 2023 no Governo Lula**

**Fonte:** Autoria própria, com base nos dados do BACEN (2024).

No governo de Lula, tendo somente 2023 como base de dados, conseguimos observar a intenção da diminuição da taxa para o aumento do consumo, por mais que seja de maneira lenta.

**Gráfico 8 – Comparação de indicadores entre o último ano do governo Bolsonaro (2022) e o primeiro ano do governo Lula (2023)**

**Fonte:** Autoria própria, com base nos dados do BACEN (2024).

Como os dados do governo de Lula são limitados a apenas um ano, o gráfico acima foi feito a partir de uma comparação do último ano do governo Bolsonaro, e

com isso conseguimos enxergar que não houve nenhuma alteração significativa na variação do PIB e na taxa de desemprego, mas houve uma queda da inflação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar a trajetória da economia brasileira pela última década, mais especificamente entre os anos de 2013 e 2023. Ao longo da pesquisa, buscou-se analisar as taxas de juros, em especial a taxa Selic, revelando uma complexa interação entre a política monetária e os indicadores econômicos utilizados no estudo (a taxa de inflação, o desemprego, a variação do PIB, e a própria taxa Selic). De tal modo, podemos identificar a importância dessa taxa de juros como uma ferramenta crucial na regulamentação da economia do Brasil, influenciando diretamente o crédito, consumo, investimento e inflação, e assim por isso é utilizada como instrumento de controle de ofertas dos mesmos.

A análise nos permite identificar a sua utilização da taxa Selic de maneira estratégica durante os diferentes mandatos. Entre os altos e baixos de sua porcentagem, enxergamos o recuo e o estímulo ao consumo, por exemplo, tendo maior evidência nos picos das crises, como em 2020 durante a pandemia do Covid-19 no governo Bolsonaro, e em 2021, onde os indicadores tiveram melhora e a economia volta a ativa, porém como um resultado do ano anterior e ainda de desorganizações de determinadas cadeias econômicas a inflação dobra de um ano a outro.

No entanto, o estudo apresentou algumas dificuldades, como nos indicadores a serem escolhidos para a análise, como existe uma diversa quantidade de medidores da saúde econômica de um país é relevante ao se analisar a política monetária de um país, como a oferta monetária, e a taxa de câmbio. Para futuras pesquisas, recomenda-se utilizar dessa abertura de outros indicadores, e também no espaço de tempo, tendo em vista questões históricas importantes para o conhecimento, e até mesmo para a preparação de um futuro econômico eficaz.

Em suma, concluímos que a gestão eficaz desta taxa, em consonância com políticas monetárias e fiscais, responsáveis e reformas estruturais, é fundamental para a estabilidade e crescimento econômico do país. A análise revela que a política econômica e monetária deve ser flexível às condições globais e domésticas, permanecendo atenta às mudanças no cenário econômico para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

#### REFERÊNCIAS

APROVAÇÃO da reforma tributária é um fato histórico, celebra Lula. **Gov.br Planalto**, Distrito Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/aprovacao-da-reforma-tributaria-e-um-fato-historico-celebra-lula>. Acesso em: 28 abr. 2024.

ARAÚJO, V. L. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. Texto para discussão sobre o Desenvolvimento. **CICEF**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-31, 2023.

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ASSAF NETO, A. **Mercado financeiro**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico de Taxas de Juros. **Banco Central**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>. Acesso em: 17 de março 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório da Administração 2016. **Banco Central**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/Pre/Surel/RelAdmBC/2016/RA2016.html>. Acesso em: 20 março 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). **Banco Central**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sistemaselic>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxa Selic. **Banco Central**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic>. Acesso em: 18 mar. 2024.

BRAGA, J.M.; ARAÚJO, M. M. Y.; AMITRANO, C.R. Carta de Conjuntura: Nota 27. **IPEA**, Brasília, n.61, 2023.

CARLEIAL, L.; FROTA, M. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos avançados**, [s.l.], v. 29, p. 201-214, 2015.

CARVALHO, N. Por que o Banco Central deve ser independente? **Instituto Liberal**, [s.l.]. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/por-que-o-banco-central-deve-ser-independente/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LUPION, B. Como o governo Bolsonaro se saiu na economia. **UOL**, São Paulo, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2022/12/30/como-o-governo-bolsonaro-se-saiu-na-economia.htm>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MARTINS, Raphael. Como foi o primeiro ano de Lula 3 na economia — e quais são os desafios para 2024. **G1**, São Paulo, 3 jan. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/01/03/como-foi-o-primeiro-ano-de-lula-3-na-economia-e-quais-sao-os-desafios-para-2024.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2024.

MAZUI, G.; MATOSO, F.; MARTELLO, A. Aos 2 anos, governo Temer festeja economia, mas enfrenta impopularidade, denúncias e crise política; relembre. **G1**, Brasília, 12 mai. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/aos-2-anos-governo-temer-festeja-economia-m>

as-enfrenta-impopularidade-denuncias-e-crise-politica-relembre.ghtml>. Acesso em: 9 maio. 2024.

NALIN, C.; COSTA, V. Autonomia do Banco Central: o que é e por que ela é importante? Entenda. **O Globo**, [s.l.], 7 fev. 2023. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/02/autonomia-do-banco-central-o-que-e-e-por-que-ela-e-importante-entenda.ghtml>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVEIRA NETO, C. R.; FERREIRA, K. M. S. Análise da política fiscal do Governo Dilma Rousseff (2011 A 2015). **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, [s.l.], 2018. Disponível em: [www.eumed.net/rev/oel/2018/08/politica-fiscal-dilmarousseff.html](http://www.eumed.net/rev/oel/2018/08/politica-fiscal-dilmarousseff.html). Acesso em: 1 abr. 2024.

OLIVEIRA, M. J. S.; ASSIS, A.C.P.; PORTUGAL JÚNIOR, P.S.; SILVA, S.W.; LEMES, P.T. Variação da taxa SELIC e a rentabilidade de fundos de investimentos: uma análise comparativa no período de 2013 a 2016. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 4, n.4, p. 1449-1463, 2018.

OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: uma avaliação preliminar. **Economia UnB**, Brasília, 2019.

PONTEL, J; TRISTÃO, P. A.; BOLIGON, J. A. R. O comportamento da taxa SELIC e as operações de investimento e financiamento de pessoa física no período pós-crise econômica. **Revista Gestão Organizacional**, v. 13, n. 2, p. 123-141, 2020.

SALVALÁGIO, A. Análise e evolução da Taxa Selic Meta em relação à Taxa Selic Efetiva e seus reflexos sobre a dívida pública interna. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SERRANO, F.; SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. **Center for Economic and Policy Research**, [s.l.], 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Desempenho da Economia brasileira em 2015. **Site do TCU**, [s.l.], 2016. Disponível em: [https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2015/3\\_Desempenho%20da%20Economia%20Brasileira\\_FINAL.pdf](https://sites.tcu.gov.br/contas-do-governo-2015/3_Desempenho%20da%20Economia%20Brasileira_FINAL.pdf) . Acesso em: 30 mar. 2024.